



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 1657/2022

Dispõe sobre a designação do Juiz de Direito Francisco Anastácio Cavalcante Neto.

O Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício da Presidência e no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE designar o Juiz de Direito Francisco Anastácio Cavalcante Neto, Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito da Comarca de Sobral, durante afastamento do magistrado Wallton Pereira de Souza Paiva, por motivo de compensação pelo exercício de plantão judiciário, nos dias 25/07 a 28/07/2022.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 21 de julho de 2022.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em exercício

PORTARIA Nº 1658/2022

Dispõe sobre designação temporária e excepcional de Oficial de Justiça.

O VICE - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício da Presidência, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o disciplinado na Resolução do Órgão Especial nº 15, de 13 de junho de 2016, dispondo que a designação temporária e excepcional de servidores ocupantes dos cargos efetivos de Oficial de Justiça caberá à Presidência;

CONSIDERANDO a Portaria nº 375/2021, publicada 26 de fevereiro de 2021, estabelecendo critérios para designação temporária e excepcional de oficiais de justiça e dá outras providências;

CONSIDERANDO as informações constantes nos Processos Administrativos nº 8500260-54.2022.8.06.0070, 8500054-07.2022.8.06.0081, 8500039-45.2022.8.06.0111 e 8500064-89.2022.8.06.0133.

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR**, com prejuízo de suas funções, os Oficiais de Justiça para atuarem temporária e excepcionalmente na Comarca e no período conforme descritos na tabela abaixo.

| OFICIAL DE JUSTIÇA | MAT. | COMARCA DE ORIGEM | COMARCA DE DESTINO | PERÍODOS |
|---|--------|-------------------|------------------------|---------------------------------|
| FRANCISCO GONÇALVES ARAUJO MOURAO | 1917 | Fortaleza | Crateús | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| MARCELO SABOIA DE SENA | 1916 | Fortaleza | Crateús | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| EDIVALDO MONTEIRO VIANA JUNIOR | 11949 | Fortaleza | Crateús | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| JOSE ARTEMIR SALES | 94225 | Novo Oriente | Crateús | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| DANIEL JOSE DE AMORIM COELHO | 3236 | Graça | Granja | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| MARIA ELIANE TORRE DE SOUSA | 200665 | Meruoca | Granja | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| FRANCISCO CARNEIRO DE ALEXANDRIA JUNIOR | 12272 | Fortaleza | Jijoca de Jericoacoara | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| LUIS WANDERLEY DE FREITAS CARNEIRO | 12245 | Fortaleza | Jijoca de Jericoacoara | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |
| DIMITRI GOMES LE SUEUR | 5617 | Pentecoste | Nova Russas | 22 a 31/08/2022 01 a 10/09/2022 |



| | | | | | |
|-------------------------------------|--------|--------|-------------|-------------------------------|------|
| JOSE CRUZ DE OLIVEIRA SANTOS JUNIOR | 201662 | Cariré | Nova Russas | 22 a 31/08/2022 10/09/2022 | 01 a |
|-------------------------------------|--------|--------|-------------|-------------------------------|------|

Art. 2º Os servidores farão jus à percepção de diárias correspondentes aos dias efetivamente trabalhados na Comarca em que foram designados, de acordo com as disposições da Resolução do Órgão Especial nº 12/2019, de 27 de junho de 2019, com as alterações trazidas pela Resolução nº 13/2020, de 13 de agosto de 2020.

Parágrafo único. Em observância aos princípios da finalidade, moralidade e economicidade na prestação de contas, o servidor deverá apresentar, no final do período, as devidas comprovações dos dias de efetivo trabalho na Comarca em que atuou em designação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de julho de 2022.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1630/2022

Dispõe sobre Pensão Definitiva de Montepio Civil da Magistratura.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, constante no Processo Administrativo nº. 8519070-06.2016.8.06.0000-TJ (03040/2017-5/TCE),

RESOLVE conceder, a partir de 01 de dezembro de 2007, a pensão definitiva de Montepio Civil da Magistratura para ALINE MARY LAVOR DE NOROES MILFONT, neta beneficiária do ex-magistrado WILSON DE NORÕES MILFONT, Juiz de Direito aposentado com subsídio de Desembargador, no valor de R\$ 1.228,40 (um mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).

Fortaleza, data e hora registradas em sistema.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA N.º 188/2022 – Sefin

Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4, inciso I, da Portaria Presidência n.º 320/2021, publicada no DJE n.º 2553, de 17 de fevereiro de 2021;

Considerando o disposto na Resolução do Órgão Especial n.º 23/2018, publicada no DJE n.º 1944, de 12 de julho de 2018;

Considerando o que consta na Requisição de Suprimento de Fundos, datada de 19/07/2022, processo eletrônico CPA n.º 8500028-92.2022.8.06.0118;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a concessão de Suprimento de Fundos a Dra. Candice Arruda Vasconcelos, MM. Juíza de Direito, titular do Juizado Especial Cível e criminal da Comarca de Maracanaú, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da referida comarca.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da disponibilização do limite de crédito, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. SECRETARIA DE FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 21 de julho de 2022.

Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

PORTARIA N.º 187/2022 – Sefin

Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4, inciso I, da Portaria Presidência n.º 320/2021, publicada no DJE n.º 2553, de 17 de fevereiro de 2021;

Considerando o disposto na Resolução do Órgão Especial n.º 23/2018, publicada no DJE n.º 1944, de 12 de julho de 2018;

Considerando o que consta na Requisição de Suprimento de Fundos, datada de 19/07/2022, processo eletrônico CPA n.º 8500084-90.2022.8.06.0065;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a concessão de Suprimento de Fundos ao Dr. Edison Ponte Bandeira de Melo, MM. Juiz de Direito, titular da 2ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Caucaia, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da referida comarca.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da disponibilização do limite de crédito, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação.